



6º Encontro Internacional de Política Social
13º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Duzentos anos depois: a atualidade de Karl
Marx para pensar a crise do capitalismo
Vitória (ES, Brasil), 4 a 7 de junho de 2018

Eixo: Questão agrária, urbana e ambiental.

**ALGUMAS QUESTÕES SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA: O
DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL NO CAMPO E A CRISE DA REFORMA
AGRÁRIA CLÁSSICA**

Ana Elisa Cruz Corrêa¹

Resumo: Este artigo tem como propósito apresentar um breve histórico da questão agrária no Brasil ao longo do século XX como meio de reflexão sobre as transformações da bandeira da Reforma Agrária e da principal organização de luta pela terra nas últimas décadas, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Tratamos de alguns dilemas teóricos e práticos em torno da luta pela terra, no sentido de indicar sua relação com o desenvolvimento e crise do capitalismo na estrutura produtiva do campo, indicando como afetou a trajetória do MST e seu programa agrário, no qual substituiu-se a luta pela Reforma Agrária clássica pela luta pela Reforma Agrária popular.

Palavras-chave: Questão agrária; Reforma agrária; Crise; MST.

**SOME QUESTIONS ABOUT THE AGRARIAN QUESTION: THE
DEVELOPMENT OF CAPITAL IN THE COUNTRYSIDE AND THE CRISIS
OF THE CLASSIC AGRARIAN REFORM**

Abstract: This article aims to present a brief history on the agrarian question in Brazil throughout the 20th century as reflection on the transformations of the agrarian reform claim and on the main organization struggling for land in the last decades, the Landless Rural Workers Movement (MST). We focused in some theoretical and practical dilemmas on the struggle for land, in order to indicate its relation with the development and crisis of capitalism in the productive structure of the countryside, indicating how it affected the MST's trajectory and its agrarian program, in which it replaced the struggle for classical Agrarian Reform for the struggle for popular agrarian reform.

Keywords: Agrarian question; Agrarian reform; Crisis; MST.

Introdução

Nessa comunicação trazemos alguns elementos para reflexão sobre a questão agrária nos tempos atuais. Partimos do pressuposto de que há uma crise na conformação histórica do que compreendemos como questão agrária no Brasil. Este tema esteve, ao longo do século XX, fortemente vinculado à principal bandeira da esquerda progressista, a Reforma Agrária. E esta, nos últimos trinta anos, esteve profundamente conectada ao principal movimento social de luta pela terra no Brasil, quiçá em todo o mundo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A questão agrária envolve questões diversas, não se limitando à Reforma Agrária. E a luta por esta bandeira não é exclusiva

¹ Bacharel e licenciada em Sociologia e mestre em Ciência Política pela Unicamp, doutora em Serviço Social pela UFRJ e professora do Colégio Técnico da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: <aecorrea@gmail.com>. Expresso concordância com a divulgação dessas informações.

do MST, permeando todo o século XX e expressando-se através de distintos movimentos e partidos. Apesar disso, é inegável a importância e mesmo a centralidade desta demanda e deste movimento social para pensarmos a questão da terra no Brasil.

O MST surgiu como fruto de uma crise ampliada, a crise de modernização periférica como momento de uma crise global do capital. E é dentro desse contexto que a luta agrária se desenvolveu desde o fim da ditadura militar e o processo de redemocratização. Em seu processo de desenvolvimento, esse movimento compôs tentativas de resposta à crise. Dentre essas observamos diferentes formas de luta que visavam distintos resultados. Ainda que sempre mediados pela reivindicação por Reforma Agrária variaram em distintos léxicos, desde a realização das reformas pelo desenvolvimento econômico até a revolução socialista. Na visão de uma parte dos militantes que atuavam no interior do movimento seria possível construir formas de luta que levariam a uma luta insurrecional anticapitalista, enquanto outros defendiam processos mais controlados que alcançassem a justiça social nos marcos desse sistema.

A tensa dinâmica entre essas duas posições ao longo da história do movimento fez com que o MST chegasse no espectro internacional como um dos maiores movimentos sociais da América Latina. Compreendemos que esse elemento esteve por muito tempo em disputa no interior da organização e é central para compreensão da trajetória do MST, na medida em que deixa de ser uma tensão interna desde fins dos anos de 2010. Assim, a Reforma Agrária deixa de ser uma luta ofensiva por parcelamento e distribuição de terras, conformando-se em luta de resistência dos povos tradicionais para se manterem em suas terras como indígenas, quilombolas e ribeirinhos, e, no caso do MST, em uma disputa por políticas públicas e parcerias, públicas e privadas, com objetivo de inserção do pequeno produtor rural no mercado². Nesse sentido, a Reforma Agrária desvincula-se da principal tática de luta do MST e outros movimentos de luta pela terra ao longo das décadas anteriores: a ocupação de terras.

Identificamos alguns constrangimentos estruturais que influenciaram diretamente na mudança de trajetória da luta pela reforma agrária: as transformações decorrentes do desenvolvimento do capital no campo, a mudança na base social do MST e a chegada do PT ao governo federal em 2003.

² Sobre as parcerias privadas do MST com grandes multinacionais como o Grupo Pão de Açúcar e a Fibria (fusão da Votorantim com a Aracruz Celulose), dentre outras, ver: *MST S.A.* 10/04/2013, Site Passa Palavra. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2013/04/75271>>.

Estes são elementos centrais para compreendermos o que ocorreu com a questão agrária e a luta por Reforma Agrária no Brasil. E estes ocorrem e se relacionam a partir de determinações históricas ainda mais amplas como a crise do sistema capitalista, a crise da modernização periférica e a crise da esquerda mundial, cujas expressões na periferia aparecem especialmente a partir das últimas três ou quatro décadas. (KURZ, 1999) Compreendemos o desmantelamento da radicalidade na luta por reforma agrária é parte de uma dinâmica do capital e das derrotas da esquerda ao longo do século XX.

A crise do desenvolvimento e a questão agrária estão articulados de forma indissociável e conformaram em diferentes matizes uma busca incansável pela “modernização”, fundamentando tanto projetos de governo quanto projetos político de esquerda. E que esbarraram em uma crise generalizada e sistêmica: tanto do sistema produtor de valor, quanto das respostas que a esquerda elaborou e mesmo concretizou ao longo do século XX. (ALFREDO, 2013)

Esse desenrolar histórico aqui apresentado culmina nos anos 2000 com o *boom* do mercado de *commodities* e o fortalecimento do agronegócio. Compreendemos esse processo como um constrangimento estrutural que teria limitado e, por fim, nos anos 2000, quase que completamente bloqueado a luta pela Reforma Agrária clássica, isto é, a luta pelo parcelamento e distribuição social da terra e a viabilização da pequena produção através do Estado. Nesse sentido, não é de se admirar que o MST, principal movimento de luta pela Reforma Agrária passe a defender uma mudança de bandeira para o que denominou de Reforma Agrária popular³.

Assim, chegamos às seguintes questões: Quando falamos em questão agrária hoje, do que de fato estamos falando? E podemos ainda desdobrar esta pergunta nas seguintes: qual o quadro atual do campo brasileiro mediante as transformações nos meios e nas relações de produção? Quais as fronteiras, as continuidades e descontinuidades, entre o rural e o urbano? Quem é e como vive o trabalhador do campo nas regiões hegemônicas da produção agroindustrial do país? Qual o caráter da crise e qual sua relação com o surgimento e desenvolvimento do MST? Como a crise da esquerda socialista afetou as

³ Sobre essa mudança programática do MST ver Documento Final do VI Congresso Nacional do MST de fevereiro de 2014 e a entrevista com o dirigente nacional do MST João Paulo Rodrigues ao Reporter Brasil: MST 30 anos: ‘Estamos no canto do ringue’, 11/02/2014. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2014/02/mst-30-anos-estamos-no-canto-do-ringue/>

lutas no âmbito da questão agrária? Quais são os projetos em disputa em torno da questão agrária hoje?

A problematização destas e outras questões encontra-se na tese de doutorado recém concluída e que inspira essa comunicação. Aqui trazemos alguns elementos históricos e analíticos para refletirmos sobre a trajetória da esquerda que pensou a questão agrária no Brasil ao longo do século XX. Objetivamos contribuir com essa reflexão indicando algumas continuidades e descontinuidades entre o pensamento e a ação política desse recente passado e o que compreendemos como questão agrária hoje.

Desenvolvimento

O debate histórico sobre a questão agrária no Brasil⁴ permeia amplas polêmicas envolvendo, desde meados do século XX, militantes e intelectuais do Partido Comunista Brasileiro e seus dissidentes como Alberto Passos Guimarães, Ivan Ribeiro, Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Jr.. Estes pensaram a morfologia do campo a partir de leituras da formação econômica do Brasil, com o objetivo de indicar qual o seu papel no desenvolvimento das forças produtivas. Estes debates foram acompanhados pelas análises da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) sobre o papel do campo para o desenvolvimento do país, como as de Raul Prebisch e Celso Furtado, e problematizadas nas décadas de 1960 e 1970 pelos teóricos da dependência, em especial Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini⁵. A problemática agrária adentrou, por fim, o período das lutas pela redemocratização no início dos anos 1980 integrando elaborações sobre a necessidade da realização de reformas estruturais para garantia da democracia, encontradas nas formulações de Florestan Fernandes e de Carlos Nelson Coutinho. Estas reflexões foram base para a formulação de uma nova estratégia de lutas, o Programa Democrático e Popular, uma síntese que orientaria as ações nas décadas seguintes do Partido dos Trabalhadores, sua correlata central sindical, a CUT, e o seu braço “camponês”, o MST.

As interpretações sobre *o papel do campo na formação econômica brasileira* foram, e continuam sendo em alguma medida, substrato para reflexões sobre a questão agrária, fundamentando diversas posições que, por razões distintas, apresentam como uma necessidade a realização de uma Reforma Agrária no país. Gorender (in STEDILE;

⁴ Sobre os programas agrários da esquerda ao longo do século XX ver: Stédile, 2012.

⁵ Sobre a formação social e econômica do Brasil ao longo do século XX ver: Sampaio Jr., 1999.

GORENDER,1994) sintetizou as diversas teses sobre a formação do capitalismo no Brasil, dividindo-as em quatro posições: a primeira sustentaria o caráter feudal de nosso passado indicando a necessidade de superação dos resquícios feudais ou semifeudais do campo, compreendidos como obstáculos ao desenvolvimento; a segunda tese defende que o capitalismo no Brasil surge desde o momento da colonização como forma constituinte da nação e, seja este “acabado” ou “inacabado”, poderia ser nomeado de “capitalismo colonial”; a terceira tese parte do princípio de que a economia colonial tinha como fim servir à acumulação primitiva da metrópole, convertendo-se após a independência da coroa em um capitalismo nacional, porém dependente; por fim a quarta concepção defenderia que o modo de produção escravista colonial teria gerado a acumulação primitiva necessária para a constituição do capitalismo no Brasil.

O debate, como podemos observar, parte das discussões sobre a formação do capitalismo no país, quais suas origens, como teria se desenvolvido e em que estágio se encontraria naquele momento. Daí decorreu a polêmica sobre a existência ou inexistência do campesinato, tanto na formação econômica do Brasil quanto nos dias atuais. Nesse caso, os debates giram em torno do tipo de relação de trabalho que se teria estabelecido (assalariado, servil, escravo, semi-escravo), bem como a relação do trabalhador com a terra (posse, arrendamento, parceria, meiação).

Constituem-se quadros analíticos que traçam uma leitura da estrutura de classes e de como se estabelece as relações entre elas. Fundam-se debates em torno do caráter das classes dominantes, buscando medir a força ou a fragilidade dependente de setores arcaicos e modernos, de frações internas e externas da burguesia, divididas entre os setores agrário e industrial. Nesta toada também fervilhavam discussões em torno da classe trabalhadora, com questionamentos sobre se o proletariado fabril estaria ou não plenamente formado e sobre quem seria o trabalhador do campo (camponês, semi-camponês, pequeno burguês, proletário ou lumpen proletário rural). Esse questionamento era seguido pelas reflexões sobre qual seria o futuro do trabalhador rural nessa sociedade que ainda era majoritariamente agrária, mas que tendia a um processo contínuo de urbanização. Nesse ponto, a divergência, que até hoje parece existir, se polariza entre a defesa da tendência à proletarização do trabalhador rural e a da possibilidade de permanência na terra de uma população com certa autonomia via pequena produção. A primeira posição sustenta que o camponês seria um trabalhador fadado à proletarização

devido a um inevitável e crescente êxodo rural, como havia afirmado Lênin (1982) a partir da análise do desenvolvimento do capitalismo na Rússia. Ou parte de análises semelhantes às de Kautsky (1968), as quais sustentam que o desenvolvimento agrícola só se daria através da proletarização rural, isto é, do assalariamento do trabalhador empregado em grandes unidades produtivas. Já a segunda posição defende que haveria um camponês que resistiria à expulsão da terra e lograria viver de sua própria produção, com relativa autonomia do mercado, como sustentaram defensores do cooperativismo camponês como Tchayanov (1976).

A partir dessa última tese desenvolveram-se as análises contemporâneas defensoras da “agricultura familiar” como principal unidade de desenvolvimento rural, diferenciada do campesinato devido a sua especificidade histórica e proximidade contemporânea com a dinâmica dos centros urbanos. Dessa maneira, tentava-se compreender qual seria o papel desses setores na luta de classes e em um projeto de superação do capitalismo. Aqui se fundam dilemas em torno do papel conservador ou potencialmente revolucionário dessas massas rurais, assim como ao redor do que seria um projeto de revolução para o campo (estatização das grandes unidades produtivas, expropriação e socialização das terras, manutenção de pequenas unidades de produção via cooperação, etc). Essas influências tiveram grande efeito nas concepções das organizações de luta pela terra, em especial no caso do MST, herdeiro da defesa da pequena produção como meio de desenvolvimento e tecnificação da produção agrícola.

Para além do debate acadêmico identificamos manifestações sobre as lutas no campo que inferem sobre o vazio das possibilidades de resolução da questão agrária em nossa história recente. O PCB criou a ULTAB (União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil) em 1954, articulando assim um movimento nacional de luta dos trabalhadores do campo. Consecutivamente, as Ligas Camponesas emergiram como fruto das lutas dos foreiros ameaçados de expulsão das terras em Pernambuco em 1956. E, em 1960, articulados ao PTB de Leonel Brizola, agricultores do sul do país, expulsos de suas terras, criaram o MASTER (Movimento de Agricultores Sem Terra). Essa quase simultaneidade de manifestações organizativas expressou tentativas de saída do isolamento e do localismo que caracterizavam anteriormente as lutas do campo, expressão do acirramento das contradições agrárias neste período. (FARIAS, 2014).

Contendas como as Ligas Camponesas, que envolvem conflitos na relação entre fazendeiros e arrendatários ou agregados, ficaram conhecidas como manifestações de resistência, e mesmo de um conflito agrário aparentemente insolúvel, pois parecem se reproduzir espacial e temporalmente, de região em região, de tempos em tempos, sem qualquer possibilidade de resposta, e com urgência de resolução devido ao intolerável nível de violência que se reproduzia nos mais diversos rincões do país. As disputas por terra são parte constituinte da história brasileira, e esses conflitos são reiteradamente tematizados, não apenas em trabalhos acadêmicos, mas em expressões artísticas e culturais (cinematográficas, teatrais, literárias, musicais) ao longo da segunda metade do século XX. A violência envolvendo os conflitos agrários é algo presente de forma constitutiva e permanente na história do país.

Estas lutas foram expressas também nos aparatos legais do governo ditatorial como meio de lidar com as demandas dos trabalhadores rurais, expropriados e/ou empregados. Dessas contendas temos como manifestações legais o Estatuto da Terra de 1964 e o Estatuto do Trabalhador Rural de 1963. Ao mesmo tempo em que estes estatutos incorporam demandas como a viabilidade legal de pagamento de terras expropriadas com títulos da dívida pública e a extensão dos direitos trabalhistas dos trabalhadores urbanos aos rurais, também foram eficientes formas de controle das lutas ao circunscrever as disputas a cobranças em torno do aparato legal estatal. Quase nada foi implementado na prática, foram ignorados principalmente os elementos progressistas em prol da população pobre do campo, enquanto as políticas em prol da modernização do grande capital rural funcionaram a todo vapor.

Enquanto os instrumentos de arrecadação e alienação de terras públicas, desapropriações por interesse social, utilização do imposto territorial rural e projetos públicos de colonização foram aplicados de maneira tímida, divorciados de qualquer finalidade de alteração da estrutura fundiária, o princípio da intocabilidade da empresa e os incentivos ao “desenvolvimento rural”, também previstos no ET [Estatuto da Terra], assumiram todo o espaço da política agrária. (FARIAS, 2014, p. 39).

No caso do Estatuto do Trabalhador Rural ficou patente seu objetivo de enquadramento das disputas em uma estrutura sindical dominada pelo Estado, capaz de organizar os trabalhadores para garantir canais de controle e subordinação por meio dos sindicatos e suas redes. Somou-se a esses mecanismos de controle legais e formais a

repressão aberta de um governo ditatorial que atacou os trabalhadores e organizações com inegável truculência. Entretanto, ainda que nos anos 1970 a ditadura civil militar e seu aparato legal e repressivo tenham sido capazes de reprimir e desarticular as disputas no campo, nos anos 1980, à beira da redemocratização, reemergiram as lutas dos trabalhadores rurais. Em um primeiro momento, manifestaram-se nas greves da zona da mata pernambucana e nas ocupações de terra no sul do país, e no período subsequente espalharam-se e multiplicaram-se, situação que deu origem à Feraesp (Federação dos *Empregados Rurais* do Estado de São Paulo), em oposição ao “peleguismo” da Fetaesp (Federação dos *Trabalhadores Rurais* do Estado de São Paulo).

Os incansáveis debates que aqui apenas elencamos como panorama geral da questão agrária estiveram, na esquerda brasileira, politicamente atrelados a projetos estratégicos de transformação social centrados, fundamentalmente, na questão do *desenvolvimento*. Toda essa trajetória reafirmava, a partir de distintas organizações, demandas e linhas analíticas, que apenas o desenvolvimento econômico poderia realizar os feitos irrealizados até então, garantindo, por exemplo, a distribuição de terras, expansão da produção agrícola familiar e a redução da violência e pobreza no campo. Para além dessa urgente necessidade, a questão agrária se apresentava como um nó central para a elaboração de uma política nacional de desenvolvimento. As concepções do que seria esse desenvolvimento, como seria alcançado e qual seria sua finalidade, são múltiplas e estão presentes em *todos* os debates acima levantados. “Pensar o desenvolvimento” é quase um fio condutor que permeou, e ainda permeia, as disputas analíticas e práticas políticas do campo brasileiro. (ALFREDO, 2013)

Um caso emblemático é o da teoria cepalina, que tinha como centralidade pensar em como desenvolver e implementar a tecnologia de forma a superar as formas arcaicas que ainda estariam presentes em nossos principais setores econômicos, o que ocasionava uma indesejada heterogeneidade do sistema produtivo e a dependência do mercado externo. Assim a questão agrária se inseria dentro desse projeto como problemática central para se pensar o desenvolvimento, como podemos ver na forma como os cepalinos tratavam a temática.

Em meio a esses dilemas (“estrutura especializada e heterogênea”, “desequilíbrios intersetoriais”, “baixo padrão tecnológico”, “setores produtivos atrasados”) se inseria o debate sobre a propriedade fundiária e a modernização tecnológica da produção agrícola,

com ênfase na defesa de uma reforma estrutural que impulsionaria a superação dos limites da industrialização brasileira como um todo.

As recomendações da Cepal de Prebisch, no que diz respeito à aplicação de uma política agrária, estavam concentradas em duas possíveis ações governamentais: no incentivo à utilização de um sistema adequado e eficiente de tributação à propriedade agrária, desestimulando a manutenção de estruturas pouco produtivas; ou na reforma da estrutura agrária, ação capaz de romper diretamente com as grandes estruturas improdutivas que **conspiravam contra a industrialização**. Conforme a especificidade do caso, a combinação dessas duas ações era vista como uma alternativa possível e eficaz. (*idem*: 82, grifo nosso)

Na teoria cepalina, a superação do arcaísmo seria a condição para superação do subdesenvolvimento e da dependência, e a Reforma Agrária aparecia como um dos meios para tal. Apenas a Reforma Agrária possibilitaria a inserção do progresso técnico na agricultura, tarefa essencial para a realização de um projeto de desenvolvimento nacional. Neste sentido, defendia-se que apenas o Estado seria o agente capaz de promover essas transformações, que iriam se contrapor diretamente aos interesses das oligarquias agrárias que concentravam a propriedade e a posse da terra. A teoria da dependência, em especial nos textos de Ruy Mauro Marini, defendia uma radicalização destas elaborações, buscando pensar a superação da dependência via caminhos de superação do capitalismo e não de seu desenvolvimento. Porém, o desenvolvimento sempre se apresentava como etapa necessária, uma mediação indispensável para se avançar rumo a uma transformação social radicalizada.

Esta concepção aparece de forma mais articulada em termos de projeto político nas elaborações do PCB e seu dissidente crítico Caio Prado Jr., com as quais, aliás, sempre se travou diálogo⁶. A direção do PCB defendia assim a necessidade de se realizar em um primeiro momento uma “revolução democrática”, antiimperialista e antilatifundiária, para só assim, em um segundo momento, estabelecer as condições para uma transição socialista.

A posição hegemônica no interior do PCB sustentava que estava em curso uma etapa de desenvolvimento de forças produtivas sob via capitalista, de modo que os desafios políticos da época diziam respeito à luta contra os fatores que obstaculizavam tal marcha histórica. Tratava-se, portanto de levar a cabo uma

⁶ Há um interessante artigo de Ruy Mauro Marini crítico às concepções de Caio Prado Jr. sobre a questão agrária que pode ser encontrado na compilação sobre o tema organizada por Stédile (2012).

revolução democrática que pusesse fim aos traços feudais que marcavam a estrutura agrária brasileira e aos limites que o capital imperialista impunha ao desenvolvimento industrial nacional. (FARIAS, 2014, p. 26, grifo nosso)

Na década de 1960, começaram a se manifestar fortes divergências em relação a essa estratégia no interior do partido. Sob influência da revolução cubana, levantaram-se questionamentos sobre o real interesse de setores de uma suposta “burguesia nacional” se predisporem a uma luta antiimperialista, bem como sobre o caráter feudal das relações de produção no campo. Nesse sentido, o principal expoente dessa perspectiva, Caio Prado Jr., elaborou críticas que levaram à defesa de uma luta pela revolução socialista via mobilização dos trabalhadores assalariados do campo e da cidade, considerando apenas este o caminho viável para a realização da Reforma Agrária. Este pensador e militante concedeu grande enfoque à dinamização do mercado interno como elemento essencial rumo à transição socialista.

O que desejamos ressaltar é a concepção de *desenvolvimento* presente no programa estratégico do PCB, ainda que não adentremos nos detalhes das elaboradas concepções de seus diversos intelectuais militantes, hegemônicos e dissidentes⁷. Vale a pena nos demorarmos um pouco nas elaborações estratégicas do partido, buscando traçar a linha histórica que nos leva até as elaborações e ações do MST.

No Programa Democrático Nacional (PDN), sistematizado pelos comunistas do PCB, a Reforma Agrária seria uma tarefa burguesa que precisaria ser realizada como momento necessário para se alcançar o período da insurgência revolucionária. A superação das formas arcaicas de produção no campo, bem como de outros “entraves”, seria condição para nosso “desenvolvimento das forças produtivas”, etapa necessária para qualquer passo em direção à superação do capitalismo. Se num primeiro momento estes entraves estariam identificados nos resquícios feudais presentes principalmente no campo, em um período posterior, com a influência das concepções da CEPAL e da teoria da dependência, passa-se a identificá-los na heterogeneidade da estrutura produtiva e social caracterizadas pela condição periférica e dependente.

Podemos ver a explanação dessas mudanças nas resoluções do XIV congresso do PCB realizado em 2009, as quais sintetizaram essas transformações programático-

⁷ Sobre as posições divergentes dos integrantes do PCB sobre questão agrária ver: SANTOS, 2007.

organizativas em uma tentativa de autocrítica e uma espécie de refundação do partido. Identificam nesse documento uma burguesia associada ao imperialismo, as “elites agrárias tradicionais”, e uma burguesia nacional ligada ao setor industrial, a qual defenderia os interesses da nação contra a relação de dependência do centro do capital. Essa burguesia industrial com ímpetos modernizadores, devido a um suposto interesse em comum de combate ao imperialismo e à arcaica burguesia rural, poderia unir-se ao ainda frágil proletariado urbano, aos camponeses e aos setores médios conformando um “bloco popular”. Compreendia-se, portanto, que a Revolução Brasileira deveria passar em um primeiro momento por uma etapa “democrático-burguesa”, ou seja, “a definição segundo a qual a revolução socialista exigia uma "etapa" democrática que permitiria o desenvolvimento de um capitalismo autônomo e de um numeroso proletariado urbano capaz de levar adiante as tarefas de uma revolução proletária.” (RESOLUÇÕES, 2009) Tanto o imperialismo quanto o latifúndio deveriam ser superados pois impediriam o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Assim, se articulava o papel do desenvolvimento como momento necessário para uma revolução que superasse, ainda que de forma etapista, o capitalismo, sendo que a Reforma Agrária seria parte essencial das etapas da revolução burguesa no Brasil. Seria, de forma sintética, uma luta simultaneamente antilatifundiária, antifeudal e antiimperialista.

Nos anos subsequentes às formulações que guiaram as ações do PCB na década de 1950, o golpe civil-militar de 1964 colocou em cheque essa estratégia pois contou com o apoio de todos os setores da burguesia brasileira, estabelecendo-se portanto uma aliança entre setores tradicionais e modernos com o objetivo de conter a ebulição social:

A forma particular do capitalismo brasileiro havia produzido uma estrutura de classes na qual a burguesia brasileira mantinha simultaneamente seu caráter dependente e associado, temendo muito mais uma revolução proletária do que uma existência subordinada ao imperialismo. Ao contrário de antagônico à estrutura agrária tradicional e latifundiária, o capitalismo brasileiro submetido às demandas do capital monopolista internacional, tornava possível uma aliança estratégica entre a burguesia nacional, o latifúndio mono-exportador e o imperialismo. (RESOLUÇÕES, 2009)

As resoluções do PCB apontam que, apesar de durante a ditadura diversos grupos dissidentes do Partido optarem pela luta armada, este seria apenas um momento de radicalização da tática de luta, voltada para a via insurrecional em detrimento da institucional. O confronto armado, urbano ou rural, não representaria a superação da

antiga estratégia democrático nacional, mas apenas a radicalização das táticas que visavam a mesma realização estratégica.

Com a crise da ditadura e as lutas pela redemocratização em fins da década de 1970, o Partido dos Trabalhadores passou a elaborar um projeto nos marcos da centralidade da democracia, marcado pela descrença na possibilidade de se estabelecer alianças com setores da burguesia. Sustentou uma política de alianças “democrática e popular”, de modo que os trabalhadores urbanos e rurais deveriam se unir para realização das “tarefas democráticas em atraso”, isto é, as tarefas que a burguesia não realizou, não iria realizar e que, portanto, deveriam ser levadas a cabo pelos trabalhadores. Mais uma vez a Reforma Agrária é vista como uma etapa necessária para chegarmos a um momento de acirramento das lutas que desembocaria na superação do capitalismo. E também mais uma vez se repõe a necessidade do “desenvolvimento” como momento necessário para um acúmulo de forças rumo à transição socialista.

Nessa toada se deram as disputas em torno da questão agrária no período da Constituinte, em que nada mais nada menos que cinco anteprojetos foram apresentados. Os pontos de disputa foram, segundo José Gomes da Silva (1989), primeiramente a legislação em relação às diferentes formas de indenização no momento da expropriação das terras pelo Estado; em segundo lugar, a disputa sobre qual tipo de terra seria passível de expropriação (produtiva/improdutiva, pública/privada, se haveria limitação da propriedade e se haveria uma função social da terra), em seguida foram levantadas diversas denúncias sobre os altos índices de violência no campo e, por fim, houve um embate em torno da priorização ou da bandeira da Reforma Agrária que visaria novas expropriações e assentamentos ou dos projetos de “política agrícola” voltados para uma política de crédito rural e assistência técnica para o produtor já assentado.

A Campanha Nacional pela Reforma Agrária de alguma forma limpou o terreno das disputas e contestou algumas dessas polêmicas afirmando a supremacia dos direitos sociais e coletivos sobre os direitos privados, denunciando uma falsa polarização entre medidas complementares, como a reforma agrária e a política agrícola. (GOMES DA SILVA, 1989) Porém, defendeu-se abertamente a necessidade de se modernizar as relações de trabalho no campo, promovendo a supressão do trabalho escravo, o fim da violência e a garantia de direitos trabalhistas. A Reforma Agrária reapareceu aqui como solução para o subemprego, a marginalidade e a violência nas periferias urbanas.

Manteve-se ainda presente, de forma central, a necessidade de se pensar a Reforma Agrária como meio para o desenvolvimento social, ainda que o avanço do capital no campo via modernização periférica já não possibilitasse concebê-la como momento *necessário* para o desenvolvimento econômico do país. O que estava em questão, portanto, no momento de surgimento do MST no início dos anos 1980, era uma disputa em torno de distintos “modelos de desenvolvimento”, questão que se estendeu ao longo dos anos subsequentes.

Aqui podemos situar o MST desde sua gênese. Todavia, dentro do movimento a escolha da “forma de se lutar” no âmbito da estratégia democrática e popular promoveu divergências e cisões internas. Fato é que, a despeito da continuidade da demanda pela Reforma Agrária em oposição ao latifúndio e à violência no campo, o Estado e a burguesia, especialmente durante o regime civil militar, desenvolveram o meio rural sem a tão afamada distribuição de terras. Nesse sentido, contraditoriamente, esses embates teóricos e políticos que permearam a questão agrária ao longo da segunda metade do século XX foram acompanhados por uma radical transformação dos meios e das relações de produção devido a uma ampla industrialização do campo.

Um complexo de corporações multinacionais têm se conformado desde os anos 1960 como obstáculo à luta dos trabalhadores rurais e à manutenção da bandeira da reforma agrária clássica distributivista. Os altos níveis de produtividade, a ocupação da maior parte das terras agricultáveis, a utilização de técnicas complexas de produção com baixíssima utilização de mão de obra e a integração da agropecuária ao complexo agroindustrial internacional via mercado de *commodities* criaram um quadro que inviabiliza a realização de uma reforma agrária que produziria a distribuição de terras e o fortalecimento da “agricultura familiar camponesa”. (DELGADO, 2014; GRAZIANO DA SILVA, 1981)

Assim, a questão agrária deve ser considerada a partir da tendencial eliminação da fronteira entre rural e urbano, o que tem se expressado desde o início dos anos 2000 pela integração do agronegócio como um ramo central da economia, e ao menos até 2012 como um de seus principais sustentáculos. Há, a nosso ver, um esvaziamento do debate sobre questão agrária estrito senso. Já não há mais uma separação clara entre agricultura e indústria, e nem mesmo entre agricultura e finanças. A especulação é tanto fundiária quanto financeira no mercado internacional de *commodities*. Não faz sentido falar sobre

latifúndio sem tratar do agronegócio. E só parece fazer sentido pensar a questão agrária se tocarmos centralmente na questão urbana e ambiental⁸.

Considerações Finais

De forma alguma estamos sugerindo que o campo seja uma temática sem relevância. Pelo contrário, não faria sentido analisar qualquer âmbito da economia brasileira sem mencionar o mercado de produção agrícola, assim como qualquer análise das lutas sociais não poderia se furtar em considerar a contribuição do movimento dos trabalhadores rurais sem terra para constituição do que entendemos hoje como formas de resistência e luta por direitos. Porém, essa interconexão vale para ambos os lados. As dissociações entre agricultura e indústria, campo e cidade, camponeses e proletários urbanos, capital produtivo e capital financeiro, mercado e Estado, têm gerado análises que tendem a tomar esses aspectos de forma setorializada ou parcial. Em síntese, um estudo sobre a questão agrária no Brasil só faz sentido a partir da perspectiva da totalidade e da *crítica* à questão agrária.

No que tange à luta por Reforma Agrária e o MST, observamos a conformação de um programa agrário em meados dos anos 1980 alinhado àquele defendido pelo PT nas eleições de 1984, articulados pelo programa democrático e popular. Aí estava explícito o objetivo de constituição de um novo padrão de desenvolvimento para a agricultura e toda a economia brasileira, no qual se desenvolveriam as pequenas e médias propriedades através da agricultura familiar e das cooperativas. A produção se daria através de subsídios estatais e seria voltada primordialmente para o mercado interno sendo que apenas os excedentes seriam destinados à exportação. E isso se consolidaria a partir de uma ampla Reforma Agrária que combinaria distribuição de terras e de subsídios para produção.

Diferentemente do partido dos trabalhadores, o MST possuía características que faziam com que carregasse uma radicalidade que o diferenciava: a tática da ocupação de terras e a composição social de massas. A proposta de Reforma Agrária do MST de 1995, apresentada em seu III Encontro Nacional, buscava combinar esses elementos aparentemente contraditórios: uma política agrária de massiva distribuição de terras e uma política agrícola que conformasse um novo modelo produtivo. (FERNANDES, 2008) Entretanto, se por um lado se explicitava as razões para a Reforma Agrária na

⁸ Sobre a crise do capital e a crise ambiental ver relevante tese de Gomez (2010).

justiça social e mesmo em valores humanistas e socialistas, por outro estava explícita a reivindicação de “implementar a agroindústria e a indústria como principal meio de se desenvolver o interior do país”. (STEDILE&FERNANDES, 2000: 188) Por um lado, estava declarada a demanda de assentamento de quatro milhões de famílias sem terra, eliminando o latifúndio via destinação à Reforma Agrária prioritariamente de terras férteis e próximas às rodovias e grandes centros urbanos. Por outro lado, o programa defendia o acesso às linhas de créditos do BNDES e mecanismos como selos da Reforma Agrária para produtos de assentamentos e campanhas de marketing e comercialização, assim como cursos de capacitação dos assentados nas dimensões produtiva, comercial, administrativa, associativa e de gestão social dos assentamentos. O que se consolidou no MST desde 2012 e foi formalizado no encontro nacional de 2014 foi a mudança da Reforma Agrária clássica para a Reforma Agrária popular, tendo esta abandonado o caráter distributivista e focado no desenvolvimento dos assentamentos através da produção e distribuição de produtos orgânicos.

Mediante as recorrentes derrotas históricas da esquerda, a grande base social assentada do MST e o desenvolvimento do capital no campo (seguido de sua respectiva crise), as diferentes vertentes de análise e ação política de esquerda se deparam com um dilema: como sustentar que a luta pela Reforma Agrária clássica para o *desenvolvimento* do país em um contexto de crise de todas as formas de modernização (centrais, periféricas e socialistas⁹)?

Nesse sentido, concebe-se que o MST abrangia contradições e tensões internas que o levaram a ser um movimento social de grandes proporções e que carregava consigo potenciais anti-sistêmicos os quais hoje deixaram de existir. Entretanto, consideramos que essas mudanças de trajetória deste movimento estão intimamente conectadas com as transformações da questão agrária. Em síntese, trouxemos aqui alguns elementos em busca de contribuir com a reflexão sobre quais eram os dilemas históricos nesse campo de estudos e ação política e no que se transformaram mediante o desenvolvimento periférico do capital e sua crise.

Referências

DELGADO, G. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**. Porto Alegre: UFRGS, 2014.

⁹ Sobre a crise da modernização socialista ver: Postone, 2014.

- FARIAS, L. F. de. **Agronegócio e luta de classes**. São Paulo: Sundermann, 2014.
- FERNANDES, B. M. O MST e as reformas agrárias no Brasil. **Revista OSAL**, ano 9, out. 2008.
- GOMES DA SILVA, J. **Buraco negro**: a reforma agrária na constituinte de 1987-88. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- GOMEZ, A. V. **Revolução tecnológica e capitalismo**: tópicos sobre a destruição e a criação de uma outra natureza. Tese de doutorado, UFRJ, 2010.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.
- KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Flama, 1968.
- KURZ, R. **Colapso da modernização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- PELLEGRINO, A. C. Ideias da Cepal sobre a questão agrária latino-americana. **Revista de Economia**, Curitiba: UFPR, n. 24, p. 73-88, 2000.
- POSTONE, M. **Tempo, trabalho e dominação social**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- RESOLUÇÕES DO XIV CONGRESSO NACIONAL DO PCB, 2009.
- SANTOS, R. **Agraristas políticos brasileiros**. Brasília: Fund. Astrogildo Pereira, 2007.
- SAMPAIO JR. P. de A. **Entre a Nação e a Barbárie**: dilemas do capitalismo dependente. Petrópolis: Vozes, 1999.
- STÉDILE, J. P.; GORENDER, J. **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Universidade, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1994.
- STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil**. Volume 3. Programas de reforma agrária – 1946-2003. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- TCHAYANOV, A.V. Teoria dos Sistemas Econômicos Não-Capitalistas. **Análise Social**, segunda Série, v. 12, n. 46, p. 477-502, 1976.